

CAPÍTULO 16

MOVIMENTO EMPRESARIAL *ESPÍRITO SANTO EM AÇÃO*: TRAJETÓRIA, REDES E PODER SOB A PERSPECTIVA DO DISCURSO DO SUJEITO COLETIVO

Alyne dos Santos Gonçalves¹

Mariana Luz Patez²

Marta Zorzal e Silva³

Resumo:

Em meio à crise política vivida pelo ES entre o final da década de 1990 e início dos anos 2000, surge uma organização civil que pretende ser a referência do pensamento empresarial e instância de representação qualificada do setor privado. Este artigo pretende mapear as principais características do Movimento Empresarial *Espírito Santo em Ação*, bem como desvendar, ainda que de maneira incipiente, o sentido de suas ações e práticas políticas, com ênfase para a função de intermediação de interesses que vem desempenhando. Por meio do método de pesquisa qualitativa denominado *Discurso do Sujeito Coletivo*, organizamos os dados de entrevistas em profundidade realizadas com membros fundadores desta Organização Não Governamental. O confronto desses dados com a literatura consultada e com documentos disponibilizados pela instituição permitiu concluir preliminarmente que ela vem desempenhando funções de representação política (intermediação de interesses) em um cenário de desgaste dos vínculos tradicionais de representação (partidos políticos, sindicatos), de modo a estabelecer novos canais de acesso dos grupos empresariais aos agentes públicos locais. Por outro lado, vem buscando superar a fragmentação dos interesses privados, a fim de organizar ações coletivas de caráter mais *político*, isto é, intervenções motivadas não só pelas demandas mais imediatas dos grupos empresariais,

¹ Mestre em História Social das Relações Políticas (UFES), bolsista de aperfeiçoamento (FACITEC, 2008-2009) e pesquisadora do LEP-NEPCS-UFES

² Graduanda em Ciências Sociais, pela UFES, voluntária de iniciação Científica do LEP-NEPCS-UFES.

³ Doutora em Ciência Política, pela USP-SP, Professora dos Programas de Pós-Graduação em Ciências Sociais – PGCS e em Saúde Coletiva da UFES. Coordenadora do Laboratório de Estudos Políticos – LEP/NEPCS e segunda Líder – OPPP / PPGADM / UFES

mas sim que sejam capazes de influenciar o próprio projeto de desenvolvimento do Estado do Espírito Santo.

Palavras-chave: sociedade civil; movimento empresarial; representação política; intermediação de interesses; Espírito Santo em Ação.

16.1 – Introdução

Durante os 1990, o debate sobre democracia na América Latina girou em torno de questões como a *transição* e a *consolidação* deste regime político nos países recém saídos de ditaduras militares. Após dez anos de aprofundamento destas perspectivas, a consolidação dos processos eleitorais, a ampla insatisfação dos cidadãos com relação à capacidade dos regimes efetivamente instalados em promover justiça social e participação política e, sobretudo, os novos experimentos políticos que resignificaram o conceito de democracia (Orçamento Participativo, Conselhos Gestores, etc.), provocaram uma mudança de foco nos estudos sobre o tema (DAGNINO et al., 2006). A ênfase recaiu, então, sobre questões como os limites da democracia representativa, sua reforma e ampliação; novos atores sociais (organizações civis, movimentos sociais, etc.); entre outros.

A esta lista que, embora pequena, tem motivado a produção de páginas e mais páginas de discussão acadêmica, podemos acrescentar um tema que precede os esforços pela reforma e ampliação da democracia liberal: o da própria assimilação de práticas democráticas em sociedades como a brasileira, em que a universalização de valores liberais não foi construída a partir de uma “esfera pública burguesa”, isto é, a partir do confronto público de idéias, de diferentes projetos de sociedade (COSTA, 2002). Isto quer dizer que a sociedade brasileira – como, de resto, suas congêneres latino-americanas – não teve que ser convencida, a partir da força argumentativa, a aderir, de forma consciente, ao projeto da democracia liberal, uma vez que as regras e valores relativos a este regime foram *consumidos* via meios de comunicação de massa, “em cuja linguagem não cabem verdades matizadas nem recursos argumentativos, mas apenas enunciados bombásticos...” (Ibidem: 21).

Em outras palavras, o processo de redemocratização não implica apenas em restaurar as regras mínimas (eleições regulares, pluripartidarismo, liberdade de imprensa, sufrágio universal e secreto, etc.), suspensas por anos de autoritarismo. Antes de tudo, este processo depende do desenvolvimento de uma *cultura política democrática*, ou seja, é necessário que os diferentes atores sociais incorporem em seu dia a dia os valores e as práticas democráticas que dão conteúdo e sentido a estes procedimentos formais – como o respeito à coisa pública, o senso de co-responsabilidade governativa, a fiscalização e sanção política dos maus mandatários (ZORZAL E SILVA, 1998).

Considerando nosso objetivo mais geral – que apenas começa a ser perseguido a partir deste trabalho – em estudar o desenvolvimento (ou não) de uma cultura política democrática no Estado de Espírito Santo, necessitamos, antes de mais nada, compreender quem são, em nome de quê e como agem os atores sociais que emergiram no processo de redemocratização ou, se já existiam, em que sentido transformaram ou mantiveram suas práticas de ação e articulação no novo contexto político.

Por isso, o amplo projeto de pesquisa no qual o presente estudo está inserido (*Trajetórias, Redes e Poder: Aspectos das Articulações entre Sociedade Civil e Sociedade Política sob o Discurso do Sujeito Coletivo*) reflete um primeiro esforço em mapear a sociedade civil capixaba em suas articulações internas e com a sociedade política local. Não podemos deixar de esclarecer, desde já, que nos filiamos à vertente conceitual que considera a sociedade civil do ponto de vista de sua heterogeneidade, ou seja, um campo que abriga projetos políticos diferentes – muitas vezes, divergentes (DAGNINO et al., 2006) – e que inova as possibilidades da democracia liberal, na medida em que reinventa as funções e os espaços de exercício da representação política (GURZA LAVALLE et al., 2006a), bem como as configurações do espaço público (COSTA, 2002).

Neste sentido, estas linhas estão dedicadas a um dos atores mais destacados e influentes da sociedade civil capixaba nos últimos anos, qual seja o *Movimento Empresarial Espírito Santo em Ação*. Assim, contemplando – sempre a partir da “fala da instituição”, elaborada por meio do método do

Discurso do Sujeito Coletivo (DSC) – os principais traços identitários, objetivos, trajetórias políticas e estratégias de atuação, potencial para produzir coalizões políticas e práticas de representação política no cenário estadual. Além disso, mapeamos alguns dos princípios éticos e políticos que norteiam a conduta da instituição e de seus membros, sem perder de vista sua concepção sobre corrupção e improbidade administrativa.

Por outro lado, pretendemos contribuir com uma nova vertente de pesquisa em Ciências Sociais que ambiciona ultrapassar a perspectiva sobre o empresariado enquanto grupo social fragilizado politicamente, porque carente de unidade e organização permanentes. Estudos empíricos como os de DINIZ (2000) e MANCUSO & OLIVEIRA (2006) no campo da ação coletiva apontam, entretanto, para fragilidades no argumento da debilidade política dos empresários, que, apesar disso, ainda é hegemônico.

Neste sentido, pretendemos demonstrar que, ao menos no ES, alguns setores empresariais vêm fazendo esse esforço de unificar a classe em torno de objetivos políticos mais amplos, para além da representação corporativa de interesses setorializados, como a ética e o desenvolvimento sustentável. Ainda que existam muitos desafios nessa tarefa, nos parece que essa experiência pode apontar para possibilidades de organização empresarial supra-setorial, com novas estratégias de intervenção política na realidade social. Nosso desafio está colocado, portanto, na tentativa de entender a natureza de tal intervenção diante do arranjo político capixaba.

16.2 – Revisão da Literatura

O conceito de sociedade civil surge no Brasil no período de transição democrática, assumindo uma importância muito mais político-estratégica de defesa da sociedade contra o Estado autoritário do que uma relevância analítica com vistas a explicar a sociedade de então (COSTA, 2002). Desse modo, ao final da década de 1970, o termo foi traduzido como sinônimo de participação e organização da sociedade brasileira contra o regime militar (GOHN, 2004) e, até meados dos anos 80, o conceito ainda era muito difuso, de maneira a abarcar os diferentes protagonistas do processo de

redemocratização, como organizações de base, a ala progressista da Igreja Católica, o chamado “novo sindicalismo”, partidos e políticos “democráticos” e determinados setores do empresariado. Em comum, a crença de que a democracia viria amenizar os antagonismos entre governantes e governados (COSTA, 2002: 57).

Contudo, a funcionalidade da existência de uma sociedade civil brasileira no referido contexto obscureceu uma abordagem conceitual crítica. Nos anos 1990, não eram raros os estudiosos que a concebiam: 1) como um campo homogêneo de organizações civis, cujo projeto político aglutinador era a redemocratização do país; 2) como uma esfera totalmente diferente da sociedade política, tanto do ponto de vista estrutural como organizacional, e, portanto, desvinculada e oposta a ela; 3) como o “lugar natural” de construção democrática e combate aos impulsos autoritários “inerentes” ao Estado (DAGNINO et. al., 2006: 16).

A importância conferida à sociedade civil no cenário político ao mesmo tempo em que trouxe novos sujeitos para o espaço público, acabou gerando um conjunto de imprecisões quanto a sua natureza. Todavia, à medida que a democratização foi se consolidando e realizados estudos sobre a sociedade civil emergente, maior precisão foi dada ao termo. Sobre este aspecto, Pinto (2006: 652) argumenta que o conceito de sociedade civil e suas funções “variam enormemente de autor para autor, desde os que a vêem como o contraponto virtuoso à corrupção e à letargia do Estado, até aqueles que lhe atribuem poderes quase revolucionários, como em uma espécie de nova vanguarda”.

O próprio desenvolvimento histórico cuidou em derrubar perspectivas apologéticas e idealizadas desta natureza. Na medida em que o processo de redemocratização foi se consolidando, esse “bloco” foi mostrando suas diferenças internas: os políticos eleitos por meio do apoio da chamada sociedade civil começaram a sentir as dificuldades em satisfazer interesses e demandas tão diversas; os empresários considerados progressistas distanciaram-se dos antigos aliados, uma vez reconquistadas as garantias civis fundamentais; os “novos sindicalistas” ocuparam-se com questões trabalhistas

(negociações salariais, segurança no trabalho, etc.), perdendo a perspectiva universal das demandas políticas de outrora; e assim sucessivamente (COSTA, 2002).

Contra-pondo-se as visões que postulam a homogeneidade da sociedade civil e seu caráter virtuoso e, ao mesmo tempo, buscando superar a acriticidade da visão que a toma enquanto um homogêneo “Terceiro Setor” é que autores como Pinto (2006), Dagnino et. al. (2006), entre outros, enfatizam que ela é constituída por uma grande pluralidade de atores civis, instituições e pessoas com graus diferentes de organização, de comprometimento público e de capacidade de intervenção, para se relacionar com o Estado e com o mercado. Mais precisamente, Dagnino et al. (2006: 23) afirmam que “a sociedade civil não é um ator coletivo e homogêneo (...) é um conjunto heterogêneo de múltiplos atores sociais, com freqüência opostos entre si (...) e que, via de regra, têm seus próprios canais de articulação com os sistemas político e econômico”.

Neste sentido, é importante não perder de vista que a heterogeneidade dos atores que compõem a sociedade civil é determinada pelas diferenças existentes em relação a: 1) natureza política, cultural e social particular a cada um; 2) ao fato de possuírem projetos políticos⁴ próprios, ligados aos seus interesses e valores; 3) ao fato de terem estratégias próprias de ação; 4) ao fato de possuírem tipos diversos de relação com o Estado (Ibidem).

No caso das Organizações Não Governamentais (ONGs), embora possuam basicamente as mesmas características jurídico-formais⁵ e organizacionais⁶, as diferenças entre elas devem ser marcadas levando-se em conta os critérios

⁴ Projetos políticos são construções simbólicas que expressam determinada cultura política (populista, clientelista, autoritária, libertária, etc.), ainda que em sua materialização estejam envolvidas práticas antigas ou de outras culturas políticas, que são reproduzidas – conscientemente ou não – por seus atores (DAGNINO et al., 2006).

⁵ Como define a Associação Brasileira das Organizações não Governamentais (ABONG, 2007), ONG é “uma organização formalmente constituída, sob o formato jurídico de uma associação civil ou uma fundação, sem fins lucrativos e com o objetivo de promoção e universalização de direitos”.

⁶ As ONGs, diferentemente dos movimentos sociais, sobrevivem de projetos financiados, geralmente por instituições internacionais ou por agências estatais. A partir de programas pré-estabelecidos, possuem metas a cumprir e devem prestar contas de suas ações. Para tanto, possuem uma estrutura formalizada, com diretorias, conselhos e corpo de funcionários (cf. PINTO, 2006).

acima expostos, especialmente, suas motivações políticas. Segundo Pinto (2006: 656), “... não há dúvida sobre o caráter comprometido da grande maioria destas organizações com causas de justiça social, de fim da discriminação de qualquer natureza, de conservação ecológica, de direitos humanos.” Nesse sentido, teriam por objetivo principal o *empoderamento* dos públicos aos quais se dirigem, ou seja, estariam empenhadas em munir os grupos excluídos dos processos econômicos e políticos de instrumentos que os capacitem para o exercício da cidadania. A autora admite, contudo, a existência de ONGs dedicadas a encobrir “... atividades do mercado ou até mesmo atividades ilícitas” (Ibidem: 667) – embora as considere como numericamente insignificantes diante daquelas que lutam contra as desigualdades sociais e pela cidadania.

Considerado este marco analítico, não identificamos a ONG Espírito Santo em Ação (ES em Ação) com as perspectivas propostas por Pinto, uma vez que as demandas que busca articular na arena pública capixaba (desenvolvimento sustentável, ética, fortalecimento das instituições públicas, democracia, etc.), dado seu caráter difuso e transversal, podem encontrar eco tanto nos grupos sociais marginalizados que lutam pelos direitos mais elementares, do ponto de vista das três gerações de direitos propostas por T. H. Marshall⁷, como no empresariado, que vem buscando, através do ES em Ação, uma atuação política mais organizada e pró-ativa. Por se tratar de uma organização que defende, em primeiro plano, a causa dos próprios membros (empresários), e por estes não se identificarem com os excluídos da sociedade, tal qual pensados pela literatura consultada (negros, mulheres, gays, drogados, vítimas de abuso sexual, sem-tetos, etc. Cf. PINTO, 2006: 657), não seria razoável caracterizá-la como uma organização essencialmente preocupada com o *empoderamento* das camadas menos privilegiadas da população. Apesar disso, ela adota um discurso bem conhecido desse público, especialmente no que diz respeito a seus aspectos participacionistas, como veremos adiante.

⁷ Conforme Elizabeth Jelin (2006), Marshall (1964) apresenta uma expansão dos direitos de cidadania em paralelo ao desenvolvimento do Estado-nação inglês, através da qual os indivíduos tiveram acesso, primeiramente, aos direitos civis, depois aos políticos e, finalmente, aos sociais.

No contexto das inovações políticas trazidas pelos novos atores sociais aos debates sobre reforma do Estado e ampliação da democracia, algumas organizações civis têm assumido funções de representação, como a intermediação entre interesses de grupos e Estado. Apesar disso, a literatura sobre o tema não dispõe de uma abordagem que reconheça seus avanços e limites. Essa grave lacuna se explica, basicamente, por duas razões: o fato de considerar como *locus* de representação política apenas os espaços tradicionais de poder (Executivo, Parlamento e sistema partidário) e, por outro lado, conceber a sociedade civil como *continuidade natural* do tecido social, pelo que não haveria sentido em indagar quem e mediante quais mecanismos os grupos organizados exercem funções de representação (GURZA LAVALLE et al., 2006a).

O fato é que, em um contexto de incapacidade do Estado em atender grande parte das demandas sociais, as funções de representação assumidas por organizações civis podem tanto contribuir para o alargamento da democracia, como se constituir em entraves para este processo. No primeiro caso, estamos diante da atuação de entidades que não se colocam como alternativa aos vetores tradicionais da política na organização e mediação de interesses (partidos, legislativos), mas como um canal de intermediação a mais entre estratos mal ou sub-representados da sociedade e o Estado, restabelecendo eventualmente a relação de representatividade entre eles. No segundo caso, estamos diante de práticas que diluem a fronteira entre público e privado, funcionando segundo a lógica da privatização dos serviços públicos, sendo que as organizações civis, ao se transformarem em executoras desses serviços, não estão vulneráveis à responsabilização política nem necessitam de amplo reconhecimento por parte da população como um todo (GURZA LAVALLE et al., 2006b).

Considerando as inovações provocadas pela atuação de organizações civis, a representação política passa a ser composta por três elementos: o representado, pessoa cuja vontade se expressa de maneira direta e concreta (voto, petição, reclamo) ou indireta e abstrata (nação, tradição, bem comum); o representante, intermediário e guardião dos interesses dos representados, cujo

papel é institucionalizado e as funções, dependentes da autorização e obrigatoriedade para com os representados; e o *locus* onde a representação é exercida (espaço público, fóruns, parlamentos, mídia, etc.) ou o agente interlocutor perante o qual ela se dá. O representado costuma coincidir com os beneficiários da atuação dessas organizações, sendo eles definidos de maneira bem ampla: os “excluídos”, a “população carente”, a “comunidade”, os “cidadãos”; o representante, com as entidades assim autodefinidas; e o *locus*, com os interlocutores perante os quais tal representação é exercida – na maioria das vezes, o poder público e, em menor grau, outros agentes societários (Ibidem: 50).

Entre as justificativas apresentadas por organizações civis que desempenham funções de representação⁸, a mais excepcional é o *argumento de intermediação*, pelo qual a representatividade dessas entidades não está baseada na relação com seus beneficiários, mas com o *locus* da representação. Isso quer dizer que justificam o exercício de tais funções por sua capacidade em abrir portas a seus beneficiários, franqueando-lhes acesso a instâncias de tomada de decisão, o que não seria possível, segundo acreditam, sem sua atuação. Neste caso, a relação com o representado aparece de maneira difusa, pouco clara, enquanto que a relação com o *locus* de representação é bastante nítida e definida.

No argumento de intermediação reconhece-se explicitamente a importância da mediação dos interesses privados perante o Estado. Tanto que as entidades entrevistadas por GURZA LAVALLE et al. (2006b) que invocaram esse argumento não criticaram as instituições políticas tradicionais em si, mas sua incapacidade em oferecer outros canais de acesso ao Estado além do aparato partidário, do voto, etc. O referido argumento continua apostando, portanto, no princípio que rege a democracia liberal, que é o da representação. Ele repousa

⁸ Gurza Lavalle, Houtzager e Castello, estudando 229 organizações civis da cidade de São Paulo, durante o ano de 2002, buscaram medir a representatividade dessas organizações, a partir dos discursos desses atores quanto à aceitação ou recusa de sua função representativa e às justificativas publicamente expressas para legitimar a representação exercida por esses atores civis (presunção pública de representação). Quanto a estas, classificaram-nas em argumento eleitoral, de filiação, de identidade, de serviços, de proximidade e de intermediação (GURZA LAVALLE et al., 2006b).

na idéia de que é preciso solucionar a desigualdade na distribuição da capacidade em acionar o Estado, o que faz com que estas organizações assumam o compromisso de conectar os segmentos “politicamente excluídos” ao Estado, no momento em que alcançam uma posição privilegiada junto às instâncias de tomada de decisões.

Apesar de não termos elementos suficientes para afirmá-lo categoricamente⁹, parece-nos que a disponibilidade e a capacidade em estabelecer pontes entre a classe empresarial capixaba e o poder público, constituem o principal fundamento para que a ONG *Espírito Santo em Ação* se auto-defina sua representante. Neste sentido, busca organizar o empresariado local para além dos limites das estruturas corporativas (sindicatos, federações, confederações e associações de classe), de modo a superar a setorização de interesses, com vistas à participação política sistemática e qualificada nas diferentes instâncias de tomada de decisões públicas.

Em relação a este ponto, questionamos, juntamente com Mancuso e Oliveira (2006), a tese da debilidade política dos empresários brasileiros, segundo a qual estes seriam incapazes de articular consensos sobre objetivos comuns ou mobilizar apoios para atingi-los. As causas para tanto seriam o alto grau de fragmentação do empresariado (setorização dos interesses) e a baixa representatividade conseguida pelas associações e entidades de maior abrangência (federações e confederações).

⁹ Cabe observar que, diferentemente de Gurza Lavallo et al. (2006b), não abordamos nossos entrevistados, de forma clara e direta, sobre o tema da representação e das eventuais justificativas elaboradas para legitimá-la socialmente. Por se tratar de uma pesquisa exploratória sobre a ONG ES em Ação, nosso objetivo inicial era mais primário do que análise que aqui nos propomos, isto é, nossa busca era no sentido de compreender quem é, em nome de quê e como age esse ator social de destacada influência no cenário político capixaba a partir de 2003. Para tanto, mapeamos os principais traços identitários, objetivos, trajetórias políticas, estratégias de ação, potencial para produzir coalizões políticas e os princípios ético-políticos que norteiam a conduta de seus membros. Apesar disso, notamos que a riqueza dos discursos colhidos nos permitiria avançar mais fundo no campo dos debates sobre novos atores sociais e as eventuais inovações que podem trazer para as teorias democráticas da representação. Com esta convicção, agregamos ao nosso projeto inicial de pesquisa a literatura que ora tomamos como referência principal, com a ambição de “testar” nossas hipóteses em uma futura segunda etapa da pesquisa de campo.

Embora estes autores construam seus argumentos com base em processos de organização política liderados pela Confederação Nacional da Indústria (CNI)¹⁰ – entidade de cúpula que representa os interesses do setor industrial –, a conclusão geral que salta de suas investigações nos ajuda grandemente a entender nosso objeto de pesquisa: as causas de natureza econômica que em geral motivam a organização e mobilização política do empresariado brasileiro, apesar de serem muitas vezes razão fundamental, não devem ser tomadas como causa natural e suficiente para tanto. É preciso destacar também a *ação política intencional* desses atores que, longe de se limitarem a reagir às contingências econômicas, são portadores de projetos políticos específicos, pelos quais estão dispostos a assumir os custos de ação coletiva¹¹ (Mancuso e Oliveira, 2006). Em sintonia com esta avaliação, buscamos com o presente texto um conhecimento preliminar acerca do projeto político que mobiliza os empresários capixabas reunidos no *Espírito Santo em Ação*.

16.3 – Metodologia

Este trabalho tem caráter exploratório, descritivo e qualitativo, ou seja, trata-se de uma primeira aproximação do objeto de estudo em questão, cujo aprofundamento futuro abordará as questões e as pistas que surgiram durante esta etapa de *mapeamento* das principais características, objetivos, políticas, estratégias, coalizões e princípios ético-políticos da instituição. Em um primeiro momento, fizemos uso de um rico material institucional – estatuto, Código de Ética e relatórios de atividades –, que foi objeto de cuidadosa leitura crítica, iluminada pelo referencial teórico acima apresentado. Esta primeira fase foi executada ao longo do ano de 2008 (março a dezembro).

¹⁰ A aceleração do processo de abertura econômica ocorrido nos anos 90 fez com que o empresariado nacional se organizasse politicamente com o intuito de enfrentar o novo contexto. No plano doméstico, a luta pela redução do *custo Brasil* aglutinou diversos setores empresariais, com vistas a terem melhores condições de competição internacional. Já no plano externo, foi constituída uma entidade multi-setorial, de abrangência nacional, para representar os interesses empresariais em negociações internacionais como no caso da Área de Livre Comércio das Américas (Alca), por exemplo – surge, então, a *Coalizão Empresarial Brasileira* (CEB). Ambos os processos foram liderados pela CNI (Mancuso e Oliveira, 2006).

¹¹ A literatura aponta alguns problemas que atuam como obstáculo para a ação coletiva de atores da sociedade civil, entre eles o fenômeno da *carona*. Os *caroneiros* seriam aqueles que, mesmo reconhecendo os benefícios da ação coletiva, decidem não participar dela, esperando que outros o façam, de modo que possam usufruir de tais benefícios sem, contudo, investir quaisquer recursos para conquistá-los (Mancuso e Oliveira, 2006).

Em um segundo momento (outubro/2008 a janeiro/2009), realizamos entrevistas abertas com cinco membros da ONG, situados entre os mais representativos, seja pela função desempenhada, por seu papel na fundação e consolidação da organização ou pelo reconhecimento de sua liderança por parte dos demais membros. A opção por esse critério justifica-se pelo intuito de conhecer a “fala” da instituição, e não apenas a opinião pessoal de seus membros. Desse modo, trabalhamos com o depoimento daquelas pessoas autorizadas a falar *em nome da* organização, de maneira que o cruzamento das falas individuais pudesse oferecer um retrato o mais aproximado possível do projeto e das práticas políticas que movem todo o grupo.

Para a organização destes depoimentos e construção do discurso da instituição (março a agosto de 2009), utilizamos o método do *Discurso do Sujeito Coletivo* (DSC), para o conhecimento do qual remetemos o leitor às explicações metodológicas presentes na parte introdutória deste Relatório de Pesquisa. Por fim, o trabalho de análise dos dados e produção do artigo que ora apresentamos consumiu os meses de setembro a novembro de 2009.

16.4 – Resultados

O Movimento Empresarial *Espírito Santo em Ação* foi fundado em 2003 por 16 pessoas que, desde então, compõem o Conselho Deliberativo da instituição. Atualmente, é constituído por cerca de 180 participantes, todos voluntários, e 24 empresas mantenedoras, cujo ingresso se deu através de convite, posteriormente aprovado pelo Conselho Deliberativo.

Dos 16 membros-fundadores, entrevistamos cinco empresários com trajetórias políticas bem diversificadas: dois deles são originários do meio acadêmico – o primeiro, atuando como professor da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) e formador de opinião (articulista de jornal e sócio de instituto de pesquisa); o segundo, como professor aposentado da UFES e ocupante de diversos cargos técnicos em administrações da década de 80, além de formador de opinião (sócio de instituto de pesquisa).

O terceiro entrevistado é presidente de um grande grupo empresarial capixaba e declarou não ter tido atuação pública em sua carreira. O quarto, formado em engenharia civil, além de ter exercido diversos cargos de confiança em administrações estaduais, foi Governador do Estado e, posteriormente, diretor de empreendimentos industriais estratégicos para a economia capixaba. Nosso último ator político é oriundo do movimento sindical patronal, tendo sido presidente da Federação das Indústrias do Espírito Santo (FINDES) e fundador da Associação de Empresários da Serra. Dos cinco entrevistados, apenas um declarou ter militado em partido político (antigo MDB, e depois no PMDB capixaba).

Destas trajetórias concluímos que nossos atores tiveram (e ainda têm) uma importante atuação política no Estado, com inserções na máquina pública que lhes possibilitou construir redes sociais nos mais diversos âmbitos da vida local (esfera partidária, sindical, corporativa, acadêmica/intelectual, etc.). Tais redes são essenciais para uma entidade que pretende organizar e representar a classe empresarial local e, concomitantemente, influenciar na elaboração de políticas públicas dirigidas aos setores empresariais e, de maneira mais ampla, ao desenvolvimento do Estado, uma vez que tais redes podem ser traduzidas em apoios e solidariedades de fundamental importância para a composição de seus recursos políticos (poder de negociação, de articulação, de ocupar espaços sociais diversos, etc.).

Com relação à estrutura organizacional, a ONG pretende se desvencilhar do modelo corporativo getulista, que engessa o funcionamento das instituições porque hierarquizado e sem autonomia financeira e política.

A idéia da criação do ES em Ação é sair um pouco da estrutura das federações e dos sindicatos patronais, que são uma estrutura getulista, que ainda tem pouca representação. Então, o movimento tem uma característica diferente das instituições representativas do setor privado que existiam: a idéia foi criar um movimento com características mais de horizontalidade do que de verticalidade. Ou seja, uma ONG que pudesse abarcar pessoas, instituições, empresas [...] Pode ver que, é uma estrutura leve, pequena, você não tem um corpo técnico, você tem pessoas que estão lá dispostas, voluntariamente, é bom que se diga - além de ser voluntário, pagam para

estar lá, individualmente ou empresas, é a forma também de se sustentar. Cada pessoa, cada membro das empresas que se associa aqui, ele paga pra se associar. Nós somos totalmente financiados pelas próprias empresas, nós temos um orçamento e é desse orçamento que nós conseguimos fazer nossas ações: seminários, congressos (DSC: entrevistas realizadas entre outubro/2008 e janeiro/2009).

Administrativamente, a ONG está organizada da seguinte maneira: Assembléia Geral, encarregada basicamente de aprovar (ou não) a proposta de programação anual da instituição, o relatório anual da Coordenação e o balanço de contas; Conselho Deliberativo, composto exclusivamente e em caráter vitalício pelos membros-fundadores, e responsável pelas decisões estratégicas da instituição – especialmente aquelas de caráter político; Conselho Operacional, composto pelos membros fundadores, empresas mantenedoras e coordenadores dos diferentes conselhos setoriais, e encarregado de produzir e aprovar planos de trabalho, normas e procedimentos apresentados pelos Conselhos; e Coordenação, composta por até três membros com funções de direção e representação externa da ONG¹².

Em termos operacionais, a instituição é composta por oito Conselhos Setoriais, responsáveis por pensar os problemas relativos às cadeias produtivas do Estado (Agronegócio, Comércio Exterior, Florestal, Logística, Pecuária, Petróleo e Energia, Rochas e Turismo) e propor soluções para o desenvolvimento de cada uma delas; e dois Comitês de Apoio (um de Política e outro de Ciência e Tecnologia), responsáveis por acompanhar as ações dos Poderes Públicos e da sociedade e funcionar como uma espécie de “ponte” entre eles e o Movimento, informando, esclarecendo e convencendo os diferentes atores políticos sobre projetos e programas públicos e privados (cf. Relatório de Atividades 2007/2008; Estatuto Social, 2005).

¹² Cf. *Primeira Alteração do Estatuto Social do Movimento Empresarial do Espírito Santo*, abril de 2005. Disponível em <<http://www.es-acao.org.br/esemacao/conselhodeliberativo/conselhodeliberativo.php>>. Acessado em 23/09/2008.

16.4.1 – Traços Identitários

Nesta seção abordaremos algumas das características que conferem identidade e especificidade à instituição em exame. Segundo nos aponta a literatura consultada sobre as inovações trazidas por entidades da sociedade civil em um contexto de crise e reforma da democracia (especialmente GURZA LAVALLE et al., 2006a e b), podemos observar uma diversificação em termos de representação política a partir do surgimento de grupos organizados que assumem para si funções de intermediação dos interesses sociais junto aos poderes públicos. Esta é, portanto, uma primeira característica que particulariza o Espírito Santo em Ação em relação aos demais canais de acesso do empresariado às agências e instâncias públicas: ele abriga, segundo seu discurso coletivo, uma “clientela” não contemplada pelas entidades corporativas – com destaque para empresas de porte internacional – e, por outro lado, distancia-se das estruturas partidárias.

A idéia central foi trazer os grandes negócios para discutir a política do ES, porque de fato, aquela crise de representação¹³ foi gerada pela omissão de boa parte desses grandes negócios no processo político local. [Por isso,] nós tentamos trazer realmente os empreendimentos que dão direção à economia do Estado [isto é, as grandes empresas] e a gente organiza isso em uma ONG. Isso faz parte do exercício da participação do empresariado, que também não tem muita familiaridade com isso, [pois] as instituições existentes – as federações – são hierarquizadas, de uma forma muito estruturada e muitas pessoas às vezes não têm passagem dentro das instituições. Por exemplo, você pega uma Federação das Indústrias e faz um histórico dos últimos 20 anos e [percebe] que ela nunca foi dirigida por um executivo de um grande negócio... pega a Vale do Rio Doce e vê qual a importância que ela tem na história do Espírito Santo, que você vai ver que representação ela ocupou nesses órgãos: nenhuma. Aí você pega a CST, mesma coisa; você pega a Aracruz, mesma coisa. Nós somos uma instituição da sociedade civil, nós temos muita flexibilidade. Quando o ES em Ação nasceu, havia um certo vácuo de representação [empresarial], portanto, ele só nasceu por causa desse vácuo, né? Mas, na medida em que ele começou a atuar, fazia parte da sua atuação fazer com que esses

¹³ Referência à crise de governo ocorrida na administração de José Ignácio Ferreira (1999-2002).

vácuos desaparecessem, fazer com que essas entidades voltassem a ter representatividade. Às vezes o movimento pode ser utilizado como ponte, passagem para certas reivindicações. Pega, por exemplo, o turismo: você não tem uma federação de turismo, você não tem uma federação de serviços. Então, o movimento hoje funciona como uma espécie de referência nas discussões relativas ao turismo e isso faz com que o movimento acabe se transformando em uma espécie de instituição representativa (DSC: entrevistas realizadas entre outubro/2008 e janeiro/2009).

Na sua condição de associação de classe que manifesta a pretensão de superar os limites das agremiações corporativas e imprimir um sentido político mais abrangente para suas ações – inclusive, com intervenções sistemáticas nos rumos do desenvolvimento do estado –, apropria-se de bandeiras cuja legitimidade goza de unanimidade num país de excluídos, que saiu recentemente de um regime de exceção, como é o caso do Brasil. Nesse sentido, o *status* de ONG vem ajudar na associação que se pretende fazer entre exclusão política do empresariado e direito de participação nos processos de tomada de decisões públicas.

Na verdade, nós como ONG queremos ocupar os espaços que não estão ocupados, esses espaços, por exemplo, da discussão mais densa da questão da democracia, para que nós nunca mais tenhamos uma aventura autoritária no Brasil, para que os empresários nunca mais apostem numa via como essa. No momento de seu nascimento [2003] foi preciso enfatizar muito a questão da ética, a questão da convivência do privado com o público, isto estava muito deteriorado. [Então], aquelas pessoas que não professam nossos valores, que não são orientadas pelos valores que nós consideramos como sociais, como a democracia, a liberdade, a ética, a justiça social, o desenvolvimento sustentável – sustentável no sentido amplo no aspecto econômico, social, político, ambiental –, no fundo, no fundo, isso é o crivo que define quem pode participar e quem não pode participar [da ONG]. Dentro disso, do desenvolvimento sustentável, nós queremos o maior bem-estar pra sociedade no Espírito Santo. Então, isso tem [implica em] IDH mais alto, um índice de higiene mais adequado e felizmente nós estamos assistindo isso, nos últimos anos, isso tem acontecido. Mas, o que nós queremos é que o ES seja um estado avançado, em que ele tenha níveis de desenvolvimento sustentável alto e que esse desenvolvimento

seja bem distribuído por toda a sua população, que todos participem desse desenvolvimento (DSC: entrevistas realizadas entre outubro/2008 e janeiro/2009).

Em consonância com características das novas formas de representação política desenvolvidas por organizações da sociedade civil, a ONG faz absoluta questão em se declarar apartidária, como se fosse uma maneira de se desvincular de tudo aquilo que a política partidária, desacreditada diante de boa parte da opinião pública, possa significar. Todavia, não exclui a possibilidade de diálogo com os políticos; ao contrário, mantém encontros periódicos com as bancadas federal e estadual, a fim de inserir as necessidades e projetos do empresariado capixaba na pauta de discussão legislativa.

A gente não é um grupo político, então, a gente não tem vinculação política [leia-se: partidária]. A gente apóia Paulo [Hartung] como apóia tratar com o prefeito daqui [de Vitória] ou da Serra. Quem quiser trabalhar bem, a gente procura. E até procura ajudar a trabalhar bem. Com os partidos políticos nós temos relações através daquelas reuniões periódicas com suas bancadas, fora isso, não temos nada. Vários candidatos a prefeito nessa eleição [outubro de 2008] que pediram um encontro com o ES em Ação foram recebidos. Vários candidatos, de várias correntes e tendências foram lá em busca de apoio, interlocução, nunca apoio financeiro, mas mais tentativa de desenvolver planos de desenvolvimento. Mas, nós não temos relacionamento diretamente com os partidos, mas sim com as bancadas. Por quê? O que a gente percebia no passado é que as coisas aconteciam aqui, principalmente na esfera federal, sem que os capixabas tomassem conhecimento: ninguém procurava saber por que uma estrada não estava acontecendo, porque que os orçamentos não eram cumpridos, uma ampliação de porto, uma dragagem, uma ampliação do aeroporto, essas coisas, elas não faziam parte do debate político com a sociedade capixaba: ficava restrito a Brasília. E nós nos propusemos a essa interação não só com a Assembléia Legislativa, mas com a bancada federal, no sentido de discutir orçamento, projetos estruturantes necessários para o estado. A partir daí, tem uma agenda de discussão com a bancada da câmara dos deputados federais e dos senadores e também até para eles conhecerem os projetos que eram debatidos na nossa entidade, que de certa forma envolve grande parte da sociedade capixaba. Houve uma interação muito

grande, a maioria da bancada comprou a idéia, passou a atuar nos projetos que entendia ser importantes e construímos uma agenda (DSC: entrevistas realizadas entre outubro/2008 e janeiro/2009. Destaques meus).

Podemos observar no trecho final do DSC acima que a função de intermediação a qual a ONG se propõe não se encerra nos limites dos interesses empresariais, mas abrange também aquilo que consideram ser do interesse de toda a sociedade capixaba. Observamos nisto uma relação difusa entre representantes e representados, na medida em que (i) não há uma relação explícita de autorização entre eles, uma vez que a iniciativa de estabelecer conexões entre os agentes públicos e os possíveis beneficiários partiu da própria organização; e (ii) apesar de haver uma população concreta em nome da qual a ONG atua (empresários), as fronteiras corporativas são apagadas em nome da representação presuntiva dos “capixabas” ou da “sociedade capixaba” de um modo geral. Assim, os elementos formais que conferem legitimidade à democracia (autorização e *accountability*) são prescindidos¹⁴ em favor de um outro tipo de legitimação. Ao invés de apoiar-se neles, a ONG justifica sua representatividade com base na articulação que promove entre Estado e eventuais beneficiários, portanto, no lócus da representação que, no DSC acima, corresponde aos parlamentos estadual e federal.

Com relação a este nível de organização, a literatura específica sobre empresariado faz referência a dois tipos de problemas estruturais que dificultariam uma organização politicamente forte e permanente da classe: a setorização/fragmentação dos interesses em instituições corporativistas distintas que se sobrepõem e, decorrente disso, o pequeno interesse ou incapacidade em se posicionar com relação a questões que não sejam de natureza econômica (DINIZ, 2000; DINIZ & BOSCHI, 2001; MANCUSO & OLIVEIRA, 2006). Os trabalhos de campo revelaram, entretanto, um esforço

¹⁴ Os membros do Conselho Deliberativo, o “núcleo pensante” do Movimento, segundo um dos entrevistados, são vitalícios em suas funções e, por outro lado, qualquer nova adesão depende tanto do crivo dos membros fundadores, quanto do tipo de contribuição que os candidatos a participar da ONG podem oferecer, numa espécie de autorização às avessas, no sentido de que não são os representados, mas os representantes que escolhem quem vai representar as demandas em questão (vide DSC à p. 22).

em superar estes problemas, reunindo empresários dos mais diversos setores para se posicionarem em relação a temas da política macro, relativa a toda a sociedade.

Você sempre teve as representações empresarias setorizadas, tá certo? Então qual é a vantagem do Movimento Empresarial? Primeiro foi de você ter na mesma estrutura gente da área da agricultura, do comércio, da área de serviços, os profissionais liberais... criou-se uma entidade que era abrangente, pegava todas as faixas da vida social, quer dizer, do lado empresarial. Mas, é um grupo empresarial, ninguém tá querendo esconder que é isso. Ele é multi-setorial, isso é característica fundamental das entidades empresariais do futuro: não dá mais pra compartimentar agricultura, pecuária, serviços, comércio, indústria – na indústria você tem comércio, serviços. Na pecuária você tem um monte de indústria. E o que diferencia o ES em Ação é que ele já começou com uma pauta de preocupação ampliada, porque desde o início ele não pensa só na pauta do empresário. Ele pensa na pauta da sociedade, por exemplo, a questão da ética, a questão a convivência do privado com o público. Ele tem preocupação em ser um agente realmente forte e ativo da sociedade organizada e ajudar a organizar cada vez mais a sociedade (DSC: entrevistas realizadas entre outubro/2008 e janeiro/2009).

16.4.2 – Trajetória da Instituição

Na década de 1970, o processo de organização do empresariado no Brasil esteve limitado a atividades sindicais patronais relativas ao campo das negociações capital-trabalho que, por isso, foi perdendo gradativamente sua característica de representação política dos interesses. Em contrapartida, a profissionalização e diversificação dos serviços oferecidos pelas diferentes associações de classe (capacitação, consultoria, coordenação de grupos de acompanhamento e pressão sobre as instâncias da política nacional, etc.), fez com que fossem expandindo suas funções para o campo da ação política (DINIZ & BOSCHI, 2001).

Já no final dos anos 1980 e início dos 90, período marcado pela centralidade do “mercado” em detrimento do intervencionismo estatal, houve um processo de diversificação na representação dos interesses dos empresários,

caracterizado pelo surgimento de organizações dissidentes do modelo das Federações das Indústrias, como o Pensamento Nacional das Bases Empresariais (PNBE) e o Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (IEDI). Tais organizações teriam como objetivo principal a difusão de idéias e valores associados ao papel do empresariado na transição para a fase neoliberal do capitalismo brasileiro (Ibidem).

Após um breve período de esvaziamento e perda de influência destas instituições junto ao empresariado nacional, houve um processo de reestruturação da representação de interesses na segunda metade dos anos 90, com a transformação de entidades tradicionais como a FIESP e a CNI e com o surgimento de associações de novo tipo, como a *Ação Empresarial*. A novidade desta instituição está em uma característica que pode ser observada também no ES em Ação: ela se constituiu como um *movimento* sem estrutura formal rígida (cargos fixos e hierarquizados), composto por confederações de diferentes setores empresariais e pelas principais entidades não sindicalizadas, cujo principal objetivo é articular os interesses empresariais, superando as especificidades setoriais e criando uma “vontade comum” capaz de se posicionar de maneira homogênea e organizada nas questões políticas referente à classe (Ibidem). Esse contexto ajuda a explicar um pouco a natureza do Movimento ES em Ação, que surgiu fortemente influenciado pelas experiências nacionais de organização política do empresariado.

Quando nós tivemos a idéia do ES em Ação, fizemos um documento discutindo umas questões importantes da passagem dos empresários para o campo da política. Esse documento foi feito a várias mãos e mostra um ponto de inflexão no processo de desenvolvimento da economia do ES, em que os empresários, em função desses grandes negócios, teriam voltado as costas para o campo da política. Nós procuramos levantar, a nível de país e também de outros países, experiências de participação empresarial, um pouco da política, um pouco das idéias no campo da formulação de estratégias de transformação. Nós trabalhamos o caso do Ceará, o caso de Minas Gerais, de São Paulo, do Rio Grande do Sul, logicamente [a partir de] uma análise da situação política e institucional do Espírito Santo, e tudo isso deu origem a uma agenda, uma agenda do que fazer. Um dos pontos dessa agenda foi justamente a criação do movimento ES em Ação, que era um

movimento de reação mesmo. Inicialmente, tinha um forte propósito político, que era mudar o cenário político e também mudar um pouco o cenário institucional, a começar com as instituições representativas, inclusive do próprio setor privado (DSC: entrevistas realizadas entre outubro/2008 e janeiro/2009).

16.4.3 – Redes e Poder

Como comentamos linhas acima, o projeto brasileiro de sociedade civil surge como um escudo de diversos atores sociais contra as arbitrariedades do regime autoritário. Embora a estratégia tenha sido de defesa, logo se vislumbrou todo o potencial crítico dessa esfera de ação e, mais que isso, possibilidades de alargamento da democracia a partir de dinâmicas diferentes das adotadas pela sociedade política (partidos, legislativo, executivo, etc.).

Contudo, as perspectivas de aprofundamento democrático a partir da sociedade civil só podem se concretizar mediante a existência daquilo que Sérgio Costa (2002) chamou de *espaço público poroso*, ou seja, um fórum aberto à participação de todos, onde os diferentes grupos sociais busquem justificar e legitimar suas demandas para que sejam absorvidas pela mídia e pelos agentes públicos e, conseqüentemente, transformadas em políticas públicas – independentemente do poder econômico e políticos dos demandantes.

... a democracia representa uma forma de dominação consentida, na qual as decisões necessitam ser permanentemente fundamentadas e justificadas, dependendo sempre da anuência da comunidade política para que possam ser implementadas. Nesse processo, cabe à esfera pública um lugar central: ela se torna a arena onde se dá tanto o amálgama da vontade coletiva quanto a justificativa das decisões políticas previamente acertadas (Ibidem: 15).

Neste sentido, a porosidade da esfera pública capixaba deve ser medida pela disponibilidade da mídia e da sociedade política local – seu núcleo dominante – em processar as diferentes temáticas (demandas) trazidas pelos diversos agentes que compõem a sociedade civil do Espírito Santo, cujo espectro abarca desde associações de moradores e movimentos sociais com pequenos recursos necessários a sua publicização, até poderosas instituições como o Espírito Santo em Ação. Esta última a julgar pelas redes sociais construídas por vários de seus membros ao longo de suas trajetórias políticas dispõem de importantes mecanismos para atrair o foco do debate público para suas demandas – sejam eles de natureza financeira, midiática, ideológica, ou mesmo pessoal (prestígio social e político). Para contribuir com esse conhecimento, apresentamos a seguir os discursos coletivos que nos mostram com quem, onde, como e em nome de quê atua a entidade que ora examinamos.

Entre os principais objetivos do ES em Ação, a questão da reconstrução das instituições públicas está colocada desde sua origem em 2003, pois houve um entendimento inicial o estado estaria à beira do caos político, moral e econômico. Neste sentido, se colocou como suporte desse processo – contribuindo não apenas do ponto de vista tecnológico e gerencial, mas também financeiramente – e, num segundo momento, como parceiro governamental no fomento de políticas públicas para o empresariado e para a sociedade como um todo.

Quando nós começamos, tivemos uma visão absolutamente política, ou seja, era preciso ajudar a vencer aquele quadro que estava montado no ES: de uma Assembléia Legislativa de péssima qualidade, de um Governo estadual envolvido na corrupção; enfim, era preciso orientar, discutir, ter uma ação conjunta para, no campo da política, a gente superar essa crise de representação, procurando, exatamente, criar essa ambiência favorável no campo da governança pública, no sentido de você ter instituições públicas qualificadas, dirigentes públicos qualificados, representantes capazes de trabalhar no sentido do desenvolvimento do país e do Estado, né? (Então) no início da primeira gestão do governador Paulo Hartung, a instituição achou que o caminho era dar um apoio ao governo estadual. Então nós, em muitos momentos, ajudamos a reconstruir instituições. Por

exemplo, toda a área ambiental do governo do estado estava entregue ao que havia de mais grave no estado, em termos de corrupção: IBAMA, IEMA, tudo isso. Havia um sucateamento físico disso: falta de computador, falta de tudo. Então, no primeiro movimento, em áreas específicas, foi dado suporte financeiro e tecnológico e gerencial, para que algumas coisas pudessem acontecer. E isso aconteceu também na reforma do sistema carcerário, que era uma crise muito grande, na compra de alguns equipamentos hospitalares. Nós ajudamos no Dório Silva, na construção do presídio de Cachoeiro, na compra de equipamentos para a secretaria de segurança, aquele CIODES. Depois o estado se organizou financeiramente e a gente passou a ser parceiros em projetos de desenvolvimento (DSC: entrevistas realizadas entre outubro/2008 e janeiro/2009).

Em um segundo discurso, vemos a disposição da ONG em cooperar com o Governo na implantação de um determinado projeto de desenvolvimento sustentável para o estado, afinado com as mais recentes teorias que contrapõem desenvolvimento à noção de mero crescimento econômico (cf. WETLER JR., 2008), enfatizando as áreas política, social e ambiental, além da parceria com a sociedade – no que coincidem com as *Palavras do Governador*, Paulo Hartung (PLANO 2025, 2006).

Na verdade, o objetivo maior do movimento ES em Ação é ser um guardião das boas iniciativas no estado, é a construção de condições favoráveis ao desenvolvimento econômico sustentável – desenvolvimento numa perspectiva de longo prazo, naturalmente um desenvolvimento com cunho social, de inclusão, de liberdade, logicamente, não é? Agora, derivado desse objetivo estratégico, você atua no campo da política, no campo da economia, no campo das idéias, enfim, da articulação com outras instituições, das ações em rede, da questão da política e da cidadania, procurando, exatamente, criar essa ambiência favorável no campo da governança pública, no sentido de você ter instituições públicas qualificadas, dirigentes públicos qualificados; no campo das instituições privadas também. O movimento, inclusive, tinha uma proposta inicial de elaboração de um projeto de desenvolvimento do estado, que depois de discussões com o Governo, nós passamos a atuar junto com o Governo, aí deu origem ao Espírito Santo 2025, que é um projeto de convergência de interesses tanto do setor privado quanto do setor público (DSC: entrevistas realizadas entre outubro/2008 e janeiro/2009).

Para atingir os objetivos acima propostos, a ONG lança mão basicamente de duas estratégias: por um lado, articula com outras instituições capixabas – tanto públicas quanto privadas – buscando influenciá-las; e, por outro lado, pressiona os poderes e agentes públicos para que atendam suas reivindicações. No que diz respeito à primeira estratégia de atuação, adota o conceito de *rede*¹⁵ na interface com outras instituições, buscando, contudo, transmitir a elas seu *modus operandi*.

A gente trabalha também com as entidades, digamos, oficiais diversas: Federação das Indústrias, Federação do Comércio... E procurou fazer com que essas entidades também tenham uma linha de pensamento semelhante ao que a gente tem no movimento. Nós temos uma organização, uma metodologia que nós temos não só praticado, mas estimulado a prática dessa metodologia nas outras entidades de representação empresarial. Nós entendemos que era mais inteligente nós aproveitarmos e potencializar, transferir, fazermos acordos de operação para transferir pra entidades já existentes a nossa metodologia de trabalho, tá certo? Nós chamamos a atenção pra importância de se fazer parcerias e de que é preciso ter também preocupação com estratégia, porque você sem parceria e sem estratégia corre o risco de não conseguir transformar a sua idéia em uma coisa concreta. (Por exemplo) No campo da ciência e da tecnologia, nós temos uma articulação com a universidade, com o SEBRAI, com o BANDES, com a própria Prefeitura de Vitória. No campo da política, nós temos atuado em rede com instituições do tipo Transparência Capixaba, com igrejas, com outras instituições privadas, Federação da Indústria, Federação do Comércio, etc., no sentido da rede de cidadania, que normalmente é mais acionada no período eleitoral (DSC: entrevistas realizadas entre outubro/2008 e janeiro/2009).

Já no discurso coletivo referente à segunda estratégia de atuação da ONG, o que mais chama nossa atenção é o poder de pressão e o peso político que a

¹⁵ “... forma de organização democrática constituída de elementos autônomos, interligados de maneira horizontal e que cooperam entre si”. Algumas dessas redes são: Rede Capixaba pela Ética e Reconstrução Política, criada em 2006 para combater a corrupção; e a Rede Capixaba de Responsabilidade Social, também criada em 2006, em parceria com o Instituto Ethos, para a promoção do desenvolvimento social e humano (Relatório 2007/2008, Atividades ano V, p. 03).

instituição conquistou ao longo dos poucos anos de atuação – o que pode ser um indicativo da força e importância das redes sociais aportadas por cada membro à entidade.

Nós temos, por exemplo, uma ação política junto à banca federal, no sentido de direcionamento estratégico das ações dos nossos representantes em Brasília. A cada dois meses, discutimos as questões do desenvolvimento local e que ação deputados e senadores podem fazer pra nos ajudar. E aí nós temos conseguido resolver vários problemas. É uma reunião onde o movimento, junto com os deputados e senadores, procura pautar as prioridades do Estado. Por exemplo, na área de infra-estrutura: o que é prioritário do ponto de vista do Estado e do ponto de vista da visão inclusive empresarial? É a BR-101, é o aeroporto? Por exemplo, em 2006-2007, a bancada fechou conosco que todas as emendas de bancada diriam respeito às rodovias federais do ES. Nós tentamos construir um fórum com a bancada estadual, nós não conseguimos ainda, a bancada estadual é muito fragmentada, mas nós temos tido contatos com algumas das câmaras que existem na assembléia – a de meio ambiente é uma delas, a gente tem feito ações conjuntas, temos conversado. A reformulação do que a gente quer do Espírito Santo, nós conseguimos com o Governo do Estado fazer o [Plano de Desenvolvimento Espírito Santo] 2025. Por outro lado, as ações e as articulações do movimento com outras instituições também tomam como referência o mesmo documento (DSC: entrevistas realizadas entre outubro/2008 e janeiro/2009).

Ambos os DSCs nos indicam, à luz de Castro (2002), que a ONG tem investido grande energia em negociações que ocorrem, preferencialmente, em arenas públicas tradicionais (Parlamentos), onde normalmente o debate é polarizado entre quem demanda e quem supostamente é competente para encaminhar as reivindicações ao seu devido processo de tramitação. Mas, por outro lado, também tem procurado atuar em uma segunda frente – essencial para dar sustentação aos acordos forjados no âmbito da sociedade política – que é a busca da legitimidade de suas demandas junto às demais organizações civis e à sociedade de um modo geral. Por fim, busca articular ambos os campos de atuação – esfera civil e política –, funcionando como uma “ponte” entre eles.

A idéia é ter um fórum do Espírito Santo na política em sua expressão mais ampla, não só o sistema político, o sistema partidário, o sistema eleitoral, mas como se constituem na sociedade os interesses e como é que a gente pode operar esses conflitos. Então, a idéia do comitê de política é uma idéia de, primeiro, discutir com as empresas o campo da política, na sua extensão mais ampla. Esse campo envolve relações com a comunidade, relações com o sistema político, e ao discutir, tentar dar às empresas uma orientação de ação coletiva. Mais do que tentar ser mais importante que todos é ver os pontos em comum, ou seja, construir um fórum, [no qual] a gente consiga resolver problemas comuns no campo da negociação. Então, o movimento articula interesses, traz pra discussões relativas a infraestrutura e logística as áreas de logística dessas grandes empresas: a Vale, a CST, etc., que também fazem parte do movimento, inclusive a Petrobrás, e isso facilita você saber o que cada um tem que fazer no longo prazo, facilita o Estado também se adequar a essas demandas, que são demandas grandes, às vezes, mas também atende a demandas dos arranjos produtivos. Aquilo que nós identificamos em termos de necessidades através dos diversos conselhos que compõem o nosso movimento, por meio de um diagnóstico, formulamos propostas e oferecemos ao debate pra sociedade e os poderes constituídos, tanto pelo Executivo, o Legislativo quanto o Judiciário (DSC: entrevistas realizadas entre outubro/2008 e janeiro/2009).

O gráfico abaixo nos apresenta os tipos de redes sociais que o Movimento tem construído no espaço público capixaba. Podemos notar que, entre as instituições abarcadas pela pesquisa-mãe *Trajetórias, Redes e Poder...* e apresentadas aos entrevistados, aquelas com as quais a ONG teria maior predisposição para realizar alianças de cooperação em ações para alavancar o desenvolvimento sustentável do Espírito Santo ou para dar sustentação civil ao governo são as entidades identificadas, por um lado, com interesses corporativos de abrangência estadual (federações patronais e OAB) e, por outro, com a defesa de bandeiras difusas, como combate à corrupção, ética e direitos humanos (Transparência Capixaba, CONIC, CNBB e OAB).

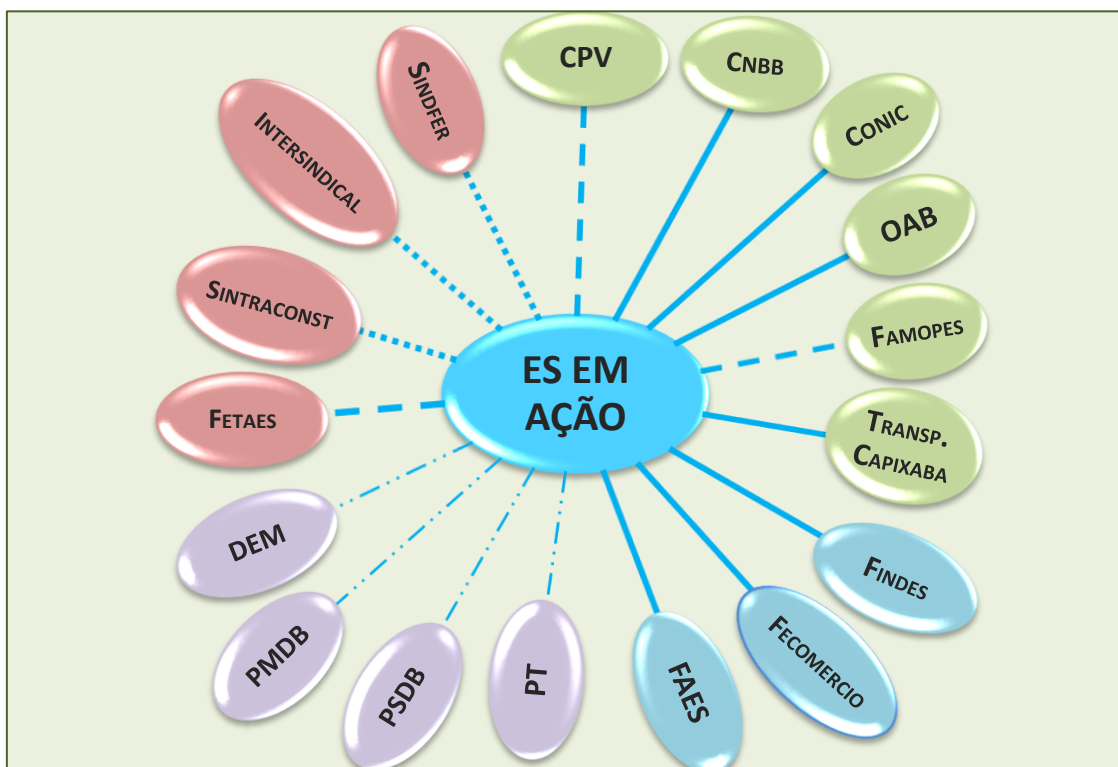


Gráfico 13 – ES EM AÇÃO versus Instituições/Organizações segundo o grau de articulação possível de ser estabelecido

LEGENDA

- MUITO PROVÁVEL —————
- PROVÁVEL (pontos)
- POUCO PROVÁVEL - - - - -
- IMPROVÁVEL - . - . - .

Em relação às instituições ligadas ao mundo do trabalho e movimentos sociais, houve informações desencontradas entre os entrevistados: apenas um entre os cinco afirmou que a ONG tem ou teria articulações com todas as instituições citadas, salvo com a Intersindical, cuja relação não soube informar. Os demais fizeram ressalvas às organizações colocadas sob a classificação “Pouco Provável”, alegando pouco contato ou falta de identidade (CPV e FAMOPES – dois entrevistados não as conheciam) ou por posicionamentos diferenciados em relação a determinados temas (FETAES), como MST e condições de trabalho no campo. Todos, porém, foram unânimes em dizer que o ES em Ação está aberto a conversações com todas essas instituições para eventuais

alianças, pelo que podemos supor que as articulações consideradas “Pouco Prováveis” fazem referência a alianças que não seriam “naturais” ou automáticas.

O caráter apartidário da ONG, que seus membros fazem questão de sublinhar, fica patente no gráfico, sendo que eventuais alianças com quaisquer das agremiações apresentadas – e mesmo outras – foram unanimemente consideradas improváveis. Todos, porém, ressaltaram que há um relacionamento institucional com os partidos.

Apesar de toda a mobilização empresarial estimulada pela ONG, os entrevistados afirmaram que um dos maiores obstáculos para o pleno êxito de seus objetivos é a ausência de uma cultura política democrática, de participação – quer por parte dos empresários, quer por parte das instituições corporativas. Ademais, há a percepção de que os projetos e práticas políticas da entidade se desenrolam em um campo colocado entre a participação enquanto organização civil e a cooperação com os poderes públicos, cujas fronteiras nem sempre são tão claras, impondo assim o desafio em manter as características de instituição da sociedade civil.

A dificuldade é inerente a uma questão fundamental que é de natureza da própria ausência do exercício da participação em, vamos chamar assim, de se trabalhar num coletivo, que é muito difícil, porque os empresários – o setor privado, principalmente – muitas vezes eles ficam muito pressionados pelo dia a dia da concorrência, das próprias decisões internas das próprias empresas. E poucos deles têm tempo pra discutir questões mais gerais relativas à sociedade. Como fazer com que o empresário passe a ver, por exemplo, a política como algo importante pra ele e pra sociedade? A política no sentido republicano mesmo, de poder participar de forma qualitativa, e não pura e simplesmente lavar as mãos. Você não tem uma tradição de associativismo empresarial no estado. De outro lado também, as instituições de representação, as demais federações têm um jogo de colaboração num certo momento, mas também não deixa de ter uma certa competição. Essa é uma malha intrincada, que comporta ciúmes, a gente tem que ter muita habilidade pra se locomover. A gente tem conseguido alguns avanços, mas tem muito que crescer ainda nessa capacidade das instituições interagirem entre si. Nós temos muita preocupação em sermos extremamente cooperativos, colaboradores dos governos estadual e os municipais, mas

não queremos de maneira alguma sermos identificados como ferramenta e instrumento de governo pra que as coisas aconteçam. É uma dificuldade porque um governo inteligente, né, ele acaba percebendo o potencial de contribuição do Movimento, e a gente tem tido muita facilidade em conversar com o governo do estado, com os governos municipais. Mas, a gente faz muita força pra que não sejamos entendidos como uma entidade chapa branca. E essa linha é muito tênue, da colaboração forte e grande e da submissão (DSC: entrevistas realizadas entre outubro/2008 e janeiro/2009).

16.4.4 – Princípios éticos e políticos que pautam as práticas da instituição e a conduta dos seus membros

A postura de cada instituição diante de determinados assuntos pode indicar algo sobre suas concepções políticas, considerando um cenário de democracia formal. Por outro lado, as instituições são formadas por pessoas e, portanto, devemos considerar a conduta de seus membros como extensão de uma determinada mentalidade política, institucionalmente defendida ou aceita. A presente seção foi pensada para tentar lançar alguma luz sobre essa temática.

Começando pelo tipo de pessoa ou empresa que está autorizada a participar da ONG, um dos principais critérios, se não o principal, é que passe por uma espécie de “processo seletivo”, que começa pelo convite feito por membro participante, seguido da aprovação pelo Conselho Deliberativo. Neste processo, além do comportamento ético do convidado, são avaliadas as possibilidades de contribuir com a ONG, em termos de novas habilidades ou competências específicas a serem aportadas.

Quando nós montamos o movimento, não podia entrar quem quisesse. Em 2002 era esta a questão: se entrar quem quiser, como vamos barrar o ingresso dessas pessoas [empresários ou empresas envolvidos em esquemas de corrupção no Governo José Ignácio]? E, naquele momento, era difícil você discernir o que era a banda boa, a banda podre. Então, como participar? Não é por adesão, é por convite. Nós identificamos necessidades da entidade de um perfil de pessoas. A gente busca justamente a complementaridade daquilo que tá faltando em termos de recursos humanos pra nós. Às vezes, a pessoa é competente, é uma

pessoa de bom relacionamento, mas ela não acrescentaria muita coisa mais no movimento. Se nós temos um excesso de contingente numa área, por que ficar preocupando em trazer mais gente? Então, o currículo dela é enviado para o coordenador daquele Conselho, daquele comitê, que examina se aquela pessoa realmente tem contribuição ou se a contribuição que tem já está sendo dada por outra. Aprovado [o convite], não é suficiente. Ele sobe pro Conselho Deliberativo. Todos os membros do Conselho Deliberativo recebem o currículo da pessoa que está pra ser convidada e, se entendem que não tem nenhuma restrição, a pessoa é convidada, mas se tem restrição, essa restrição é discutida. Qual é o critério básico de escolha? É o critério ético. Se a empresa, no caso de mantenedora, ou o cidadão, pessoa física, no caso de associado, estiverem envolvidos nos descabros de governos anteriores ou tiverem problemas de ordem policial e judicial [não entram], o empresário que não honra os compromissos com os funcionários, que pega empréstimo bancário [e não paga], e outros comportamentos desse tipo não será aceito, por mais bem sucedido que ele possa ser. Nós também não aceitaríamos aquelas entidades ou pessoas que não são orientadas pelos valores que nós consideramos como sociais, como a democracia, a liberdade, a ética, a justiça social, o desenvolvimento sustentável – sustentável no sentido amplo, no aspecto econômico, social, político, ambiental (DSC, entrevistas realizada entre outubro/2008 e janeiro/2009).

Outro princípio que nos chamou atenção foi a enfática recusa em aceitar a participação de pessoas que *estejam exercendo* funções públicas. A literatura consultada (COSTA, 2002) nos permite analisar esta exigência da seguinte maneira: pode haver aí a preocupação – própria de organizações civis – em diferenciar sua natureza e práticas políticas das estruturas ligadas tanto ao mercado (associações de classe, por exemplo) quanto, e principalmente, à sociedade política – sobretudo o Estado.

Por outro lado, podemos indagar sobre a possibilidade concreta de se manter o pretendido distanciamento entre esfera pública e privada, quando há um trânsito contínuo entre ambas, em razão de a ONG aceitar o regresso de pessoas que ocuparam cargo público. Segundo Dagnino et al. (2006), os sujeitos políticos “carregam”, de uma esfera para a outra, as redes sociais e os projetos políticos construídos no “local de partida” desta trajetória (sociedade

civil ou política) – os quais podem ser resignificados, neutralizados ou transformados no “local de chegada”. A questão é: em termos de autonomia política, os impactos dessas trajetórias seriam democratizadores ou conservadores para o Espírito Santo em Ação?

Uma coisa que se deve reiterar é o seguinte: [o ES em Ação] é uma Organização Não Governamental e se algum de nós assume algum cargo [público], é obrigado a pedir licença do Movimento e retorna quando ele deixar o cargo. E isso já aconteceu antes aqui: [uma] pessoa que participava conosco foi nomeada pelo Governo Secretário de Estado. Nós não aceitamos pessoas que tenham um cargo público. Essa não é nem uma restrição, é uma exigência do nosso estatuto. A pessoa [que] assumir cargo público, ela é licenciada automaticamente. Enquanto ele é autoridade municipal ou estadual, ele não participa como membro, pode participar como convidado, mas não como membro ativo, ele não participa das decisões e nem de geração de conteúdo (DSC, entrevistas realizada entre outubro/2008 e janeiro/2009).

Com relação às possibilidades de participação interna, as decisões consideradas estratégicas ficam a cargo do Conselho Deliberativo, enquanto que os componentes dos demais conselhos, câmaras e grupos de trabalho contribuem especialmente na construção de propostas para a melhoria de cada setor produtivo, estudando os gargalos existentes e suas possíveis soluções.

Nós temos o Conselho Deliberativo, que é quem afinal dá as diretrizes todas pra atuação do movimento. Ele cuida das questões estratégicas. Cabe a ele determinar o processo eleitoral da instituição, manter os valores que nortearam a criação dessa entidade e de não haver uma visão política - política, sim, mas não partidária, no sentido de se interagir com o poder público pra se desenvolver políticas públicas, sim. Mas, o grande conselho que opera mesmo nossas políticas é o Conselho Operacional, que é formado por todas as lideranças associadas aqui e os coordenadores dos conselhos setoriais. É um fórum de discussão econômica. É o mais importante do ponto de vista da instituição. Os coordenadores dos conselhos [setoriais] têm acento no Conselho Operacional e podem levar as questões inerentes às suas discussões. O planejamento é feito de forma participativa: cada conselho tem lá o seu planejamento, que integra depois o planejamento geral da instituição. Isso é discutido abertamente. Todas as

propostas são decididas coletivamente. Não se decide nada aqui individualmente. Os conselhos e comitês, eles de alguma maneira discutem os temas de conjuntura e estrutura, pra que a direção do Movimento tenha um posicionamento, então o Movimento se posiciona em entrevistas, em representações, no que está acontecendo na sociedade (DSC, entrevistas realizada entre outubro/2008 e janeiro/2009).

Por fim, a consolidação da democracia – tanto em seus aspectos formais como em termos de internalização de regras universais, válidas igualmente para todos (cultura política democrática) – em muito depende do respeito à coisa pública. Neste sentido, quisemos saber sobre as concepções e práticas cultivadas pela instituição quanto à corrupção e à improbidade administrativa, cujo DSC apresentamos abaixo.

Qualquer uso indevido em benefício próprio de recurso público é corrupção. E não é corrupção só de recurso público, não – recurso de empresa também. Muitas empresas também se comportam de forma corrupta. Essas que não pagam encargos sociais, mas descontam uma parte desse valor dos empregados, e faz caixa com ele, deixa de pagar os funcionários e não contribui, isso é uma apropriação indébita, uma forma de corrupção. [Há várias práticas] no cotidiano dos negócios, que permitem que você sonegue impostos, venda um produto de uma qualidade como se fosse outra, compre mercadoria roubada ou falsificada. Então, todas essas práticas compõem o quadro de pouca ética, de enganar o cliente, a opinião pública. Então, a corrupção pode se instalar em qualquer lugar, onde você está se apropriando de um dinheiro que não é seu ou enganando outra pessoa. Então, a campanha que nós participamos junto com outras entidades combatendo a corrupção é justamente pra evitar ou melhorar a eficiência da aplicação dos recursos na área que traga resultados pra comunidade, quer seja na educação, na saúde, na infra-estrutura (DSC, entrevistas realizada entre outubro/2008 e janeiro/2009).

Por este DSC, notamos que, além da percepção da corrupção enquanto uso indevido de recursos e cargos públicos, a instituição cultiva uma definição mais ampla, classificando qualquer desvio que prejudique o interesse da sociedade como corrupção. Já em relação à malversação de recursos pertencentes à

instituição¹⁶, os entrevistados manifestaram a intolerância da ONG contra os que *comprovadamente* agiram com irregularidade na gestão dos mesmos.

Se comprovado [a administração fraudulenta dos recursos da entidade], naturalmente seria objeto de expulsão. Nós já tivemos casos de empresas desligadas, já tivemos membros desligados por conta disso. São casos de desligamento sumário. Nós temos um comitê de ética aqui dentro, que faz a análise dessas situações: a pessoa também não é excluída sem direito à defesa: ela é submetida a esse comitê, onde é avaliada e, se for o caso, é penalizada ou excluída da nossa entidade (DSC, entrevistas realizada entre outubro/2008 e janeiro/2009).

16.5 – Considerações Finais

O Movimento Empresarial ES em Ação surgiu num momento de turbulência política gerado em parte, como acreditam eles, pela omissão dos grandes negócios no processo político local. Em sintonia com este pensamento, a ONG problematiza na arena pública capixaba a questão da politização e mobilização da classe empresaria, com o fim de contribuir com o projeto de desenvolvimento concebido e orientado pelo Plano Estratégico 2025.

A partir desse fundamento, a instituição tem se empenhado em construir amplas articulações e parcerias com os poderes públicos e com importantes instituições locais – em especial com entidades corporativas patronais de abrangência estadual e aquelas identificadas com lutas sociais difusas. Nesse sentido, e considerando que os beneficiários imediatos de suas ações – os empresários – constituem um poderoso ator social local, a instituição tem gozado de grande êxito na publicização de suas demandas, isto é, na captação

¹⁶ Um dos entrevistados explicou que a ONG não lida diretamente com o dinheiro de projetos nos quais esteja envolvida, atuando apenas como articuladora entre os participantes. Nesse sentido, a própria dinâmica de funcionamento da instituição não ofereceria grandes possibilidades para irregularidades administrativas: “Nós lidamos com muito pouco recurso. Muitas vezes, o movimento faz um papel de intermediário das empresas que querem fazer algum estudo, algum investimento e que talvez precise ser coordenado os esforços de duas, três, quatro empresas. Aí o movimento entra, mas sob a fiscalização das empresas. Um exemplo clássico aí é o [Plano de Desenvolvimento] 2025, né? Que teve empresas que se associavam ao Governo pra botar recurso lá. E o movimento fez o acompanhamento: só era liberado quando o Governo concordava com o pagamento. E aí as empresas envolvidas concordavam com o pagamento, de maneira que é muito difícil ter corrupção nesse caso” (Entrevista de membro fundador do ES em Ação, 16 de dezembro de 2008).

da atenção da opinião pública para as reivindicações que quer legitimar e ver concretizadas – entre elas, os gargalos que emperram o desenvolvimento das principais cadeias produtivas do Espírito Santo.

Este respaldo social, buscado no âmbito da sociedade civil capixaba (Fórum das Federações, Rede Capixaba pela Ética e Reconstrução Política, Rede Capixaba de Responsabilidade Social, entre outros) é, ao mesmo tempo, causa e consequência dos canais de acesso privilegiado aos agentes políticos de que dispõe (reuniões periódicas com bancadas federal e estadual), bem como do prestígio que muitos membros da ONG – alguns deles ex-ocupantes de cargos de poder – gozam no cenário capixaba.

Os princípios ético-políticos adotados e as possibilidades de participação interna que a instituição criou, revelam seu apreço pelas instituições democráticas – pelo menos, do ponto de vista formal. Da mesma maneira, a função de representação (intermediação de interesses) que vem assumindo de modo espontâneo e complementar, isto é, sem institucionalizar as regras sobre seu desempenho e sem pretender substituir os canais tradicionais de representação, sinaliza para uma contribuição no sentido de aumentar as oportunidades de participação política e organização de interesses dentro da democracia liberal.

A representação por intermediação retira sua legitimidade da relação que o representante mantém com o *locus da representação* (em especial, o poder público), e não da *relação com seus possíveis beneficiários* (GURZA LAVALLE et al., 2006b). No caso do ES em Ação, ao reivindicar para si a função de “ponte” entre os interesses empresariais e o Estado capixaba, estabelece conexões claras entre os primeiros e o segundo (reuniões institucionais, cooperação em determinados projetos, fóruns de pressão e negociação, etc.). Entretanto, a relação difusa que mantém com seu público beneficiário – associando-o, inclusive, à sociedade capixaba em geral – pode *naturalizar* os interesses empresariais, como se correspondessem às demandas da coletividade.

Os principais desafios da instituição encontram-se justamente naquilo que motivou o seu nascimento – a falta de uma cultura política democrática entre o empresariado capixaba, que possibilite organizar ações coletivas supra-setoriais, no sentido de intervir nas questões políticas de maior amplitude social. Assim, o esforço de determinados setores empresariais em mobilizar e organizar os diferentes setores produtivos para uma participação política mais ampla corrobora os argumentos de Mancuso e Oliveira (2006) contra a tese da debilidade política do empresariado brasileiro, cujo histórico de organização corporativista não se constituiu em razão estrutural que impedisse sua constituição em sujeitos políticos propositivos e coletividades atuantes.

Referências

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS. **Um novo marco legal para as ONGs no Brasil** - fortalecendo a cidadania e a participação democrática. 2007.

COSTA, Sérgio. **As Cores de Ercília: esfera pública, democracia, configurações pós-nacionais**. Editora UFMG. Belo Horizonte. 2002.

DAGNINO, E.; OLVERA, A.J.; PANFICHI, A. (Orgs.). **A disputa pela construção democrática na América Latina**. São Paulo: Paz e Terra. Campinas, SP: Unicamp, 2006.

DINIZ, Eli. A busca de um novo modelo econômico: Padrões alternativos de articulação público-privado. **Revista de Sociologia e Política**, nº 14, Curitiba, junho de 2000, p. 7–28.

DINIZ, Eli; BOSCHI, Renato. Reconfiguração do Mundo Empresarial: Associações de Representação de Interesses, Lideranças e Ação Política. **XXV Encontro Anual da ANPOCS**, Caxambu, MG, 16 a 20 de outubro de 2001.

ESPÍRITO SANTO EM AÇÃO. **Relatório Anual 2006/2007**, Atividades Ano IV.

_____. **Relatório Anual 2007/2008**, Atividades Ano V.

_____. **Primeira Alteração do Estatuto Social do Movimento Empresarial do Espírito Santo**, abril de 2005. Disponível em <<http://www.esacao.org.br/esemacao/conselhodeliberativo>>. Acesso em 23 de setembro de 2008.

GOHN, Maria da Glória. Empoderamento e participação da comunidade em políticas sociais. **Revista Saúde e Sociedade**, v.13, nº 2, p. 20-31. São Paulo, 2004.

GURZA LAVALLE, Adrián; HOUTZAGER, Peter P.; CASTELLO, Graziela. Democracia, Pluralização da Representação e Sociedade Civil. **Revista Lua Nova**, nº 67. São Paulo: CEDEC, 2006a, pp. 49-103.

_____. Representação Política e Organizações civis: Novas instâncias de mediação e os desafios da legitimidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 21, n. 60, 2006b, p. 43 – 66.

JELIN, Elizabeth. Cidadania revisitada: solidariedade, responsabilidade e direitos. In: JELIN, Elizabeth; HERSHBERG, Eric (Orgs.). **Construindo a Democracia: Direitos Humanos, Cidadania e Sociedade na América Latina**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Núcleo de Estudos da Violência (NEV), 2006.

LEFÈVRE, F; LEFÈVRE, Ana Maria Cavalcanti. **Discurso do Sujeito Coletivo: Um novo enfoque em pesquisa qualitativa (Desdobramentos)**. 2ª ed. Caxias do Sul, RS: EDUCS, 2005.

LEFÈVRE, Fernando; LEFÈVRE, Ana Maria Cavalcanti; SIMIONI, Alexandre A. C.; FERRAZ, Maria Teresa M. A. **Acessando o Discurso do Sujeito Coletivo e o Software Qualiquantisoft: Manual**. São Paulo: IPDSC, 2007.

MANCUSO, Wagner Pralon; OLIVEIRA, Amâncio Jorge de. Abertura Econômica, Empresariado e Política: Os Planos Doméstico e Internacional. **Revista Lua Nova**, nº 69. São Paulo, 2006, p. 147-172.

NEVES COSTA, Paulo Roberto. Empresariado, Regime Político e Democracia: Brasil, anos de 1990. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 20, nº 57. Fevereiro de 2005, p. 109-207.

PINTO, Céli Regina Jardim. As ONGs e a política no Brasil: presença de novos atores. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, vol. 49, n. 03. Rio de Janeiro, 2006, p. 651-670.

PLANO DE DESENVOLVIMENTO ESPÍRITO SANTO 2025: **Síntese do Plano**. Espírito Santo: Macroplan, 2006. Disponível em: <http://www.espiritosanto2025.com.br/novo/projeto_docs/ES2025V1Sintese.pdf>. Acesso em: 04 de dezembro de 2008.

WETLER JR., Admir Clemente. **Espírito Santo 2025: uma análise das implicações econômico-sociais do novo ciclo previsto de investimento**. [Dissertação de Mestrado]. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2008.

ZORZAL E SILVA, Marta. Mudanças socioeconômicas, governo representativo e Governabilidade: Impasses nas Arenas Subnacionais – o caso do Espírito Santo. **Revista Interface**, ano II, n. 04, 1998, p. 95 – 106.